



**Ministério Público do Estado do Amazonas**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**ATO PGJ N.º 254/2012**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**RETIFICAR** os termos do Parágrafo único do artigo 2º do **ATO PGJ N.º 194/2010**, datado de 05.11.2010, que trata da utilização do Auditório Carlos Alberto Bandeira de Araújo, para, **onde se lê:**

Parágrafo único – Poderá, ainda, ser autorizada a utilização do auditório mediante termo de cessão, considerando a natureza jurídica de direito público da entidade interessada, e, excepcionalmente, a pessoas privadas, nos estritos casos em que a atividade revelar interesse para a coletividade e não tenha cunho lucrativo.

**Leia-se:**

Parágrafo único – Poderá, ainda, ser autorizada a utilização do auditório mediante termo de cessão, considerando a natureza jurídica de direito público da entidade interessada, e, excepcionalmente, a pessoas privadas, a critério da Administração, nos estritos casos em que a atividade não tenha cunho lucrativo.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 06 de novembro de 2012.

**FRANCISCO DAS CHAGAS SANTIAGO DA CRUZ**  
Procurador-Geral de Justiça